



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria-Executiva - SEEXEC
Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN
Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CD-FNDCT
EXERCÍCIO DE 2024

Data: 26/06/2024, das 14:00 às 17:00.

Local: Sala dos Conselhos, 5º andar, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTc1YzJhZGQtYzAzOC00NTk4LTk4NjMtMTYzYjNhNjk1ZTEy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%22%2c%22Oid%22%3a%2250c77fe7-3646-45ca-966a-51d2458cfe8f%22%7d

Pauta:

1. Abertura
2. Informes
 - 2.1 Ações emergenciais para o Rio Grande do Sul (reembolsáveis e não reembolsáveis)
 - 2.2 Apoio ao projeto LBNF-DUNE
 - 2.3 Apresentação sobre SISGON
 - 2.4 Recomendação ao FNDCT no Relatório de Auditoria CGU nº 817023
 - 2.5 Grupo de Trabalho para melhorias na gestão do FNDCT
 - 2.6 Acompanhamento da execução orçamentária do FNDCT 2024
3. Aprovação da programação orçamentária e financeira do PLOA 2025
4. Assuntos Gerais
5. Encerramento

Participantes:

Nome	Cargo	Representação	Participação
Luis Manuel Rebelo Fernandes	Secretário-Executivo do MCTI	Presidente substituto legal da Ministra de Estado do MCTI - suplente	Presencial
Rodrigo Lamego de Teixeira Soares	Diretor de Gestão CAPES	MEC - suplente	Virtual
Rodrigo Sobral Rollemberg	Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	MDIC - suplente	Presencial
Zarack de Oliveira Ferreira	Diretor de Secretaria de Orçamento Federal- MPO	MPO - suplente	virtual
Major Brigadeiro Engenheiro Luciano Valentim Rechiuti	Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Produtos de Defesa - MD	MD - suplente	Presencial

Carina Vitral Costa	Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda	MF - suplente	Presencial
Celso Pansera	Presidente da Finep	Finep - titular	Presencial
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Substituto Legal do Presidente da FINEP	Finep - suplente	Presencial
Ricardo Galvão	Presidente do CNPq	CNPq - titular	Presencial
Olival Freire Junior	Diretor Científico e Presidente Substituto do CNPq	CNPq - suplente	Presencial
João Paulo Pieroni	Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior	BNDES - suplente	Virtual
Silvia Maria Fonseca Massruhá	Presidente da EMBRAPA	Embrapa - titular	Presencial
Aldo José Gorgatti Zarbin	Professor Titular do Departamento de Química da UFPR	SBPC - titular	Presencial
Fernanda Antônia da Fonseca Sobral	Professora Doutora	SBPC - titular	Presencial
Ildeu de Castro Moreira	Professor do Instituto de Física da UFRJ	SBPC - suplente	Presencial
Jailson Bittencourt de Andrade	Vice-Presidente da ABC	ABC - suplente	Virtual
Helena Bonciani Nader	Presidente da Academia Brasileira de Ciências - ABC	ABC - titular	virtual
Jefferson de Oliveira Gomes	Diretor de Inovação da CNI	CNI - titular	presencial
Pedro Wongtschowski	Presidente do Conselho Superior da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI) e presidente do Conselho	CNI - titular	presencial
Idenilza Miranda	Especialista de Desenvolvimento Industrial da Diretoria de Inovação - CNI	ABC - suplente	virtual
Daniel Moczydlower	Presidente e CEO da Embraer	CNI - titular	virtual
Marcela Chami Gentil Flores	Diretora Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - ANPEI	CNI - suplente	presencial
Quintino Marques Severo	Secretário-Adjunto de Relações Institucionais - CUT	CODEFAT - titular	virtual

Convidados:

Maria Luiza Nogueira Rangel	Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva	Sexec	Presencial
Raphael Padula	Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos	DFIN	Presencial

Mariana Vidal	Coordenadora-Geral de Governança de Fundos - CGGF	CGGF	Presencial
Elenice Thomas Carvalho	Assistente em C&T - CGGF	CGGF	Presencial
Lilian Peters Rose	Assistente em C&T - CGGF	CGGF	Presencial
Fernanda Stiebler	Assessora da Diretoria de Inovação	Finep	Presencial
Elias Ramos de Souza	Diretor de Inovação da FINEP	Finep	Presencial
Marcio Stefanni M. Moraes	Diretor Financeiro Finep	Finep	Presencial
Janaina Prevot	Diretora de Administração	Finep	Presencial
Andrea A. N. Totis	Finep	Finep	Presencial
Ronaldo Gomes Carmona	Finep	Finep	Virtual
Ilmar Victor Marinho Barbosa Faria	Assessor Técnico Decti	MD	Presencial
Guilherme Calheiros	SETEC	MCTI	Presencial

1. Abertura

Ao iniciar a reunião, o Secretário informou a todos que a Ministra Luciana Santos, que normalmente faz a abertura da reunião, encontrava-se fora do país e, em decorrência disso, ela não faria a abertura como de praxe. Em seguida, deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Na sequência, informou a todos que a reunião estava inicialmente prevista para o final de julho, porém, levando em consideração a preparação da PLOA, entendeu-se a importância de antecipar para que o Conselho pudesse exercer sua função propositiva das ações orçamentárias da PLOA. Desta forma, afirmou a todos que o ponto central da reunião seria a aprovação da programação orçamentária e financeira para 2025 que será encaminhada para a junta orçamentária do governo, dado que, depois da última reunião o ministério recebeu o pedido da SOF para apresentar a proposta de distribuição do orçamento do FNDCT entre reembolsável e não reembolsável. Em seguida, explicou aos presentes os pontos de pauta da reunião.

2. Informes:

2.1. Ações emergenciais para o Rio Grande do Sul (reembolsáveis e não reembolsáveis)

Dando seguimento ao primeiro item dos informes, o Secretário Executivo falou sobre as ações emergenciais com recursos do Fundo destinados ao Rio Grande do Sul, para enfrentamento da crise gerada pelas enchentes. Informou que, como todos tem acompanhado, houve uma grande mobilização da sociedade brasileira, incluindo o governo federal, governo estadual e prefeituras com ações emergenciais para lidar com a crise vivida no Rio Grande do Sul. No âmbito do FNDCT, seja com recursos não reembolsáveis, seja com recursos reembolsáveis, foi implementado um conjunto de ações para lidar com a emergência do Rio Grande do Sul. Assim, foi elaborada uma Chamada Pública emergencial, no âmbito do PRO-INFRA. Esta chamada foi atendida especificamente na linha de apoio a “projetos emergenciais de pesquisa”, lembrando a todos que, quando apresentada, não havia expectativa de ser utilizada. Felizmente ela estava prevista no Termo de Referência, diante da crise enfrentada pelas enchentes no Rio Grande do Sul, que afetou as infraestruturas de pesquisa das instituições de ciência e tecnologia do Estado. No âmbito do esforço, foi coordenado pela Casa Civil do Governo Federal, e em articulação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Informou ainda que o desenho desta chamada PRO-INFRA está focado especificamente na recuperação da infraestrutura que foi atingida pelas enchentes. Trata-se de uma chamada de R\$ 50 milhões, com submissão de projetos até agosto, para execução até o final do ano.

Em resumo, o objetivo da chamada é “Selecionar propostas para concessão de apoio financeiro para a recuperação emergencial da capacidade laboratorial existente no Rio Grande do Sul após os eventos climáticos extremos ocorridos em maio de 2024”. São elegíveis para apresentar proposta Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) Públicas e Privadas comunitárias, desde que tenham unidades sediadas no Estado do Rio Grande do Sul. Os projetos poderão ter valor entre R\$ 500 mil a R\$5 milhões. O resultado da chamada final está previsto para novembro de 2024 e a contratação prevista ainda em 2024.

Em seguida o presidente da Finep, Sr. Celso Pansera, apresentou outra ação voltada à situação emergencial do RS, o Programa de Renegociação de Crédito “Finep Emergência Climática” para empresas do Estado. Segundo Pansera, esta medida está voltada para a possibilidade de concessão da suspensão temporária, por até 12 (doze) parcelas, de pagamento de juros remuneratórios e de principal dos empréstimos contratados com a Finep, na modalidade direta, medida conhecida no mercado como *Stand Still*. Até o momento as empresas já haviam negociado 10 projetos da operação direta, representando um saldo devedor total de aproximadamente R\$ 211 milhões.

Além dessa medida, o Sr. Pansera informou outra medida voltada ao RS, que trata da concessão de crédito emergencial, de modo a possibilitar a manutenção da capacidade produtiva e de inovação a empresas do Rio Grande do Sul com histórico de inovação. Trata da *FINEP linha de crédito - AÇÃO EMERGENCIAL*, num montante de R\$ 1,6 bilhão para empresas que trabalhem com alguma linha de inovação, sendo a contratação até 31 de dezembro ou até acabarem os recursos.

Foi informado também que a Finep está sendo zelosa na concessão de crédito, buscando apoiar empresas com histórico de inovação e diretamente afetadas pelas enchentes. Os agentes financeiros relataram elevada demanda potencial em razão da gravidade da crise. Há potencial de que os R\$ 1,6 bilhão concedidos sejam contratados.

Até o momento, já há demanda potencial mapeada e em tramitação nos bancos da ordem de R\$ 400 milhões. Essa demanda deverá crescer ao longo das próximas semanas, conforme mais empresas conheçam os detalhes da linha. Sendo que, para conseguir atender a toda a demanda, a Finep ampliou em aproximadamente R\$ 1 bilhão o limite de crédito dos agentes financeiros que operam na região.

Em seguida, o presidente do CNPq, Sr. Ricardo Galvão, apresentou algumas medidas implementadas no âmbito das ações emergenciais para o Rio Grande do Sul. Segundo o Sr. Galvão, a primeira ação foi fazer um adiantamento do pagamento das bolsas. São cerca de 7.000 bolsistas no RS, com diferentes bolsas. Foi realizado o adiantamento de pagamento de 2 meses de bolsa em razão da necessidade de ter recursos imediatos disponíveis. Houve também uma extensão da prorrogação do prazo de bolsas e de projetos de pesquisa.

Após a fala do presidente do CNPq, o Secretário Executivo informou que recebeu um trabalho da SBPC, resultado de um grupo de trabalho, com um conjunto de proposições de ações para prevenção, e mapeamento de vulnerabilidades, ações de mitigação de possibilidades de impacto, um trabalho muito importante. Sobre esta demanda, informou que o MCTI já havia apresentado para a Casa Civil, quando as medidas que foram sendo desenhadas foram aprovadas, algumas, inclusive, muito próximas de sugestões que vieram desse grupo da SBPC. Segundo o secretário, a resposta da Casa Civil foi que essa é uma crise ambiental grave, mas, infelizmente, não será a última que será enfrentada pelo país, o que demandará ações do governo em variadas regiões, não só no Rio Grande do Sul. Neste contexto, a sugestão que veio do debate da Casa Civil é que esse levantamento de ações de ampliação de monitoramento, identificação de vulnerabilidades, estudo de ações de mitigação fosse uma ação mais ampla, não apenas concentrada no Rio Grande do Sul. O Sr. Quintino, que está no RS, explicou a situação difícil de deslocamento e perguntou qual o montante das ações emergenciais, entre recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, estão previstos para o RS. O Sr. Pansera esclareceu que serão R\$ 1,6 bilhão, mais um possível impacto de R\$ 465 milhões, o que pode chegar a R\$ 2 bilhões dos recursos reembolsáveis e ainda R\$ 50 milhões dos recursos não reembolsáveis.

O Sr. Jefferson Gomes perguntou se já existe algum estudo sobre o impacto da paralisação das pesquisas realizadas pelos bolsistas do CNPq. Segundo ele, caso haja o levantamento do tempo perdido, qual a possibilidade da prorrogação dessa bolsa ao aluno. O presidente do CNPq respondeu que há um processo de avaliação dos impactos, um projeto que está em construção em conjunto com CAPES, para colocar recursos e mobilidade para estudar no Rio Grande do Sul e propiciar aos bolsistas a possibilidade de fazerem os trabalhos de pesquisa em outros laboratórios no país.

Em resposta, também o Secretário Executivo informou que há um entendimento, na discussão na Casa Civil, quanto à prorrogação do tempo necessário para cobrir o período de interrupção das atividades acadêmicas nas instituições do Rio Grande do Sul.

Este tema levantou mais um questionamento, sobre a permissão da construção no mesmo lugar em razão de existir projetos que têm que apresentar obrigatoriedade de um local diferente. O Sr. Aragão explicou que a informação obtida é a de que, na maior parte das universidades federais e centros de pesquisa, não haverá necessidade de serem transferidos para outros locais.

Por fim, a Sra. Fernanda Sobral ressaltou a relevância do edital de recuperação dos equipamentos e da ação de renegociação do crédito às empresas. Entretanto, reforçou que, em que pese serem temas importantes, ela entende a necessidade de ampliar os temas que devem ser objeto de um edital. Neste sentido sugeriu a inclusão da questão da saúde, dos resíduos, do monitoramento ambiental, como temáticas a serem abordadas em um edital.

2.2. Apoio ao projeto LBNF-DUNE

O Sr. Aragão descreveu o Projeto DUNE, como uma grande colaboração internacional, capitaneada pelo *Fermilab*, informando que ele terá a participação de empresas brasileiras em parceria com a Unicamp e a FAPESP. Resumiu que se trata de um projeto de colaboração internacional que visa estudar neutrinos de modo a elucidar mistérios fundamentais da física de partículas, da origem do Universo e do seu funcionamento. O objetivo específico é a produção em massa, purificação e regeneração de Argônio Líquido (LAR) para a criogenia do Projeto *Long-Baseline Neutrino Facility* (LBNF) do *Deep Underground Neutrino Experiment* (DUNE) - LBNF/DUNE.

A Fase I deste projeto, apoiada pela FAPESP, inovou nos métodos de purificação de LAR utilizando um criostato do teste de purificação de LAR instalado no IFGW/Unicamp (PuLARc) juntamente com o desenvolvimento do sistema de fotodetecção X-Arapuca, realizado no IFGW, essas inovações alçaram a Unicamp ao posto de terceira instituição mais importante entre as 220 participantes (de mais de 37 países diferentes) na colaboração DUNE, responsável por desenvolver equipamentos centrais de purificação de LAR e o sistema de fotodetecção do DUNE.

Este projeto pretende viabilizar a construção desses equipamentos no Brasil, por empresas brasileiras, propiciando uma oportunidade única para o desenvolvimento científico e tecnológico dos centros de pesquisa e indústrias de alta tecnologia no País. Estima-se que este experimento deva receber grande atenção por parte da comunidade científica mundial por muitas décadas.

Segundo o Sr. Aragão, esse é o primeiro projeto desse porte internacional em que toda a parte de detecção, crucial nesse experimento, está totalmente a cargo de uma universidade brasileira. Seus pesquisadores vão se ocupar de construir esses detectores, que pertencerão à Unicamp, que serão cedidos em comodato para o *Fermilab* para poder atuar no experimento.

Os membros do CD discutiram a importância de um projeto de cooperação internacional e enfatizaram as boas consequências para as empresas brasileiras, por ser um projeto que vai permanecer durante muitos anos e vai gerar um fluxo de visitantes, de estudantes que vão poder se beneficiar disso, reforçando a necessidade de comemorar.

2.3. Apresentação sobre SISGON

A Sra. Janaína da Finep apresentou o Sistema de Gerenciamento de Operações Não-Reembolsáveis - SISGON. Explicou que o sistema, neste momento, está restrito aos projetos de infraestrutura, mas vai ser expandido para a pesquisa. Trata-se de um sistema que vai concentrar todo o relacionamento da Finep com a sociedade e com os seus clientes. Nasceu da necessidade de adaptação ao novo Marco Legal de Ciência e Tecnologia, vindo para

simplificar a todos os processos e especial os de prestação de contas e contas reembolsáveis não reembolsáveis da Finep. Enfatizou aos membros do sistema parte de uma experiência, extremamente exitosa, que foi o desenvolvimento interno da plataforma de crédito, que hoje é utilizada na Finep para a operação de todo o seu ativo de crédito. Concluindo, informou que o contexto da criação do SISGON foi a necessidade de adequação ao SICONV e novo marco legal de CT&I simplificando e automatizando processos de acompanhamento de operações não-reembolsáveis em razão da ausência de solução integrada para gerenciamento das operações da Finep de diferentes instrumentos e a experiência positiva com a implantação do Finep Crédito, desenvolvido internamente.

O escopo do SISGON envolverá as modalidades de financiamento não-reembolsável a ICTs (Infraestrutura e pesquisa) e a Subvenção econômica (Chamadas públicas, fluxo contínuo, encomendas, cartas-convite). E atenderá as diferentes fontes de recurso: FNDCT; outras fontes orçamentárias (FUNTTEL, FNS) além de fontes não-orçamentárias (2030, Petro).

Segundo a Sra. Janaína, com o SISGON, haverá a oportunidade de avaliar e testar políticas públicas de uma maneira única. Informou que existem três chamadas públicas sendo operacionalizadas no âmbito desse sistema, com mais de 700 propostas apresentadas e picos de uso do sistema com mais de 1000 usuários simultâneos. Por fim, foi informado aos membros do CD que há a perspectiva de entregar, ainda em 2024, todo o módulo de infraestrutura, e que a partir de 2025, todos os projetos de subvenção econômica também passarão a ser operados por essa plataforma.

A Sra. Helena Nader agradeceu esta iniciativa, lembrando a todos que os órgãos de controle vêm cobrando bastante este tema (transparência). Questionou sobre indicadores de resultados e impactos para reembolsável e não reembolsável. Janaína agradeceu e informou que está no momento de revisar para torná-los mais leves e efetivos. Reforçou a questão que vem sendo trabalhada para integrar com as plataformas do CNPq. Pode trazer a equipe que trabalha isso na próxima reunião. O presidente da Finep, o Sr. Pansera, informou que é um projeto relevante, acompanhado pelo conselho consultivo da Finep.

Perguntada pelo Sr. Ildeu se carta convite e encomendas também seriam incluídos, a Sra. Janaína respondeu que sim, mas serão entregas parciais: primeiro o CT-Infra, depois projetos de pesquisa e posteriormente os demais. Informou que a plataforma de BI (*Business Intelligence*) está no ar no site da Finep. Sobre a integração com o SICONV, questionamento realizado pelo presidente do CNPq, foi informado que a equipe de desenvolvimento do SISGON já está em cooperação com MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) para quando chegar o momento haver a integração. O Secretário Luis Fernandes citou a importância para a definição dos indicadores de impacto, porque será base para novas ações, citou, como exemplo, a quantidade de números de doutores e mestres associados a projetos, ressaltou que via integração pode-se ter uma visão de tudo o que está sendo feito e que será um instrumento fundamental de gestão e planejamento. A Sra. Helena pediu que os indicadores que estão sendo utilizados fossem compartilhados. O Secretário Luis Fernandes propôs para mais adiante, com o sistema mais consolidado. Informou que poderá ser formado um GT do Conselho Diretor para examinar esses indicadores e propor melhorias no sistema. Desta forma encerrou-se este item, passando ao próximo da pauta.

2.4. Recomendação ao FNDCT no Relatório de Auditoria CGU nº 817023

Foi apresentado aos membros *Relatório de Auditoria CGU nº 817023*.

Objeto do Trabalho - Economia da Inovação nas Universidades Federais - Rede de Universidades Federais e Órgãos Integrantes do Sistema Nacional De Ciência, Tecnologia e Inovação - MEC, MCTI, MDIC, CAPES, CNPq e FINEP.

O ponto crítico identificado foi a baixa participação dos financiamentos do FNDCT operados pela Finep em modalidades em que a parceria ICT-empresa é pré-Requisito.

A recomendação foi “*submeter ao Conselho Diretor do FNDCT a necessidade de que a estratégia do Fundo contemple ações que induzam a ampliação da interação ICT-Empresa, conforme disposto na Política Nacional de Inovação, tanto na modalidade reembolsável quanto na modalidade não reembolsável.*” Prazo para atendimento: 31/07/2024.

Proposta de Encaminhamento - Apresentação e discussão das ações em andamento que induzem à ampliação da interação ICT-Empresa, tanto na modalidade reembolsável quanto na modalidade não reembolsável, na próxima reunião prevista para 30/10/2024.

Ao apresentar esta recomendação aos presentes, o Secretário Luis Fernandes explicou que foi recomendado submeter ao CD a necessidade de que a estratégia do fundo contemple ações que induzam a ampliação da interação ICT-Empresa, conforme disposto na Política Nacional de Inovação, tanto na modalidade reembolsável quanto na modalidade não reembolsável. Lembrou que esta recomendação está baseada num relatório de 2022. Segundo ele, os atuais programas aprovados para o FNDCT, a partir de 2023, têm amplo incentivo e apoio à cooperação ICT-Empresa. Assim, deu ciência desse relatório e propôs, como encaminhamento, agendar, já para a próxima reunião, uma apresentação e discussão das ações em andamento que induzem ampliação da interação.

A representante do MF, Sra. Carina, relatou que MEC e MF também receberam relatório parecido e já se reuniram com o Secretário da SETEC/MCTI para preparar um programa que incentive parcerias ICT-Empresa. MF está assinando um Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre MF-MCTI-MEC-MDIC-MMA para desenvolver, em conjunto, um programa que se encontra no PPA que se chama a Universidade Federal Sustentável. A ideia é ampliar esse programa não só para as universidades, mas também para os Institutos Federais.

O Sr. Rolemberg, representante do MDIC, falou que, embora esse relatório possa trazer algumas imprecisões em relação ao universo, considera importante transformá-lo numa grande oportunidade. Relatou que, há pouco tempo, não havia política industrial que pudesse definir as prioridades dessas ações conjuntas entre ICT e empresas. Concluiu ser bastante saudável essa recomendação, pois traz a oportunidade de se intensificar esta interação.

O presidente do CNPq considerou a proposta interessante, mas acredita que não terá efeito sem a interação AGU-CGU, pois considera que a maior parte dos problemas se concentra na não aprovação dos projetos pelos advogados da União. Necessidade de utilizar o marco legal de CTI. Sobre esta observação, a Sra. Carina, informou que a AGU está na liderança do ACT, se reunindo com todas as procuradorias de universidades e ICTs, e informou que o Procurador Bruno Portela está na liderança desse tema. A discussão gerou várias observações dos presentes, a Sra. Helena reiterou a fala do Sr. Galvão e ressaltou que espera que Bruno Portela, em conjunto com os demais procuradores, consiga fazer *top down*, sobre os conhecimentos sobre o marco legal de CTI. A representante da EMBRAPA, Sra. Silvia, relatou que a instituição tem evoluído consideravelmente e que pode apresentar a parceria ICT-Empresa que tem sido realizada. O Sr. Rolemberg enfatizou a oportunidade de chamar AGU e buscar orientação geral deles para todos os advogados gerais da União. E o Secretário Luis Fernandes lembrou que a AGU tem participado das discussões da 5ª CNCTI, mas citou a autonomia que cada procurador tem na interpretação do tema, o que gera insegurança para todo sistema. O Sr. Pedro lembrou que quem mudou o paradigma da questão oferta-demanda foi a EMBRAPAII.

2.5. Grupo de Trabalho para melhorias na gestão do FNDCT

O Secretário Executivo Luis Fernandes apresentou o último informe: a constituição do Grupo de Trabalho para rever dispositivos infralegais visando melhoria na gestão do FNDCT em dezembro/2024. Segundo ele, é necessário fazer tudo o que estiver ao alcance para melhorar a gestão do FNDCT, revendo os normativos infralegais. Lembrou aos presentes a previsão de discussão e aprovação do manual operativo na próxima reunião em

outubro e, na reunião de dezembro, já concluída a atualização do Manual Operativo, constituir o GT para ver o conjunto e as iniciativas de melhoria que poderão ser empreendidas.

2.6 Acompanhamento da execução orçamentária e financeira do FNDCT 2024

Para iniciar este item, foi apresentado um quadro com a Evolução Mensal da Execução Orçamentária mostrando que, até junho/2024, a execução estava na ordem de R\$ 2,3 bilhões. Em seguida, foram apresentadas as ações em andamento, segundo cada programa estruturante, detalhando as chamadas lançadas ou a lançar, o valor total, a demanda recebida até o momento (quantidade e valor), a previsão de início de contratação, além da previsão de lançamento para as chamadas a serem lançadas.

Houve o questionamento se haveria alguma indicação de não execução, ao que o Secretário Luis Fernandes respondeu que não, momento em que reforçou que o lançamento das chamadas está ocorrendo em decorrência da sequência das aprovações dos termos de referência. Neste sentido, explicou que o processo está em andamento e afirmou não haver dúvidas quanto a execução do orçamento integral e que a meta é chegar na última reunião do CD com o orçamento plenamente executado, a exemplo do que ocorreu no ano anterior.

O presidente da Finep falou sobre a demanda qualificada nos editais que já julgaram e informou que já existe uma boa quantidade de bons projetos. O secretário executivo concordou e lembrou que a partir de uma demanda qualificada consistente, poderá ser feita a revisão/redimensionamento dos Programas.

O Sr. Ildeu chamou a atenção para a Finep/MCTI agilizar as chamadas. Segundo ele, desde que os representantes da comunidade científica fizeram a divulgação quanto à renovação trazida pelo FNDCT, fundamental para a ciência brasileira, todos têm aguardado com ansiedade. Assim, afirmou que executar tudo neste ano seria ótimo, e considerou que esse é o objetivo maior, porém reforçou a importância de também acelerar o processo para que essas chamadas estejam à disposição. O Secretário Luis Fernandes registrou a preocupação, que considera também de todos do FNDCT, e reiterou que o evento da SBPC será um lugar onde serão lançadas as demais chamadas.

A Sra. Fernanda questionou sobre o Programa Política Com Ciência, se era só a demanda dos Ministérios. O Secretário Luis Fernandes respondeu que sim, explicou que o programa foi viabilizado via carta convite e mandado para cada um dos ministérios, para que apresentassem uma proposta de estruturação de rede, em apoio a uma política pública considerada prioritária em cada Ministério.

O Sr. Luis Fernandes informou a todos que o material apresentado será enviado a cada um dos membros e ressaltou que essa apresentação demonstrava o movimento. Explicou que existem editais que já poderiam ter sido lançados, mas há um grande movimento gerado pelas comunidades (científica, tecnológica e empresarial) à luz das chamadas públicas, sobretudo, que foram lançadas com base nos programas e nos termos de referência aprovados pelo Conselho Diretor. Desta forma, esclareceu a todos que é um momento em que aquilo que foi desenhado no ano passado começa a ser implementado na prática.

O Sr. Olival refletiu sobre o movimento feito no âmbito do FNDCT alegando ser um tanto positivo. Fez uma observação sobre as ações que dependem particularmente de chamadas públicas para as quais eventuais atrasos burocráticos poderiam custar à não execução esse ano. Citou o exemplo, no âmbito do CNPq, em que a chamada que não estiver publicada até o início de agosto, tenderá a ficar para 2025. Assim, reforçou a importância do senso de prontidão e de atenção, como um alerta importante dessa Reunião.

3. Aprovação da programação orçamentária e financeira do PLOA 2025

Dando início a este item, foi apresentada a demanda da junta orçamentária, um ofício da SOF, encaminhado em 5 de junho, onde havia um prazo de resposta até 14/06/2024, com indicativo da proposta dos percentuais para financiamento das modalidades (reembolsável e não-reembolsável) para o PLOA 2025 para apreciação da Junta de Execução Orçamentária. Então, em resposta este ofício, foi informado à SOF, que estava agendada para essa reunião do Conselho Diretor momento em que estenderam o prazo até 27/06/2024.

Em seguida, foi apresentada a arrecadação realizada até 31/05/2024, no montante de R\$ 5.777 milhões contra R\$ 5.302 projetados na LOA 2024. Diante destes dados, a reestimativa de arrecadação para 2024 está estimada em R\$ 13.281 milhões. Explicou que o FNDCT vem apresentando uma arrecadação superior ao previsto, ao que tinha sido projetado incluída na PLOA e na LOA.

Segundo Luis Fernandes, à luz desse estudo (análise realizada sobre a evolução da arrecadação em 2024, ano a ano, fundo a fundo, desde 2016, dessas Fontes do FNDCT) afirmou que a projeção de arrecadação do fundo para 2025 é de R\$ 14,6 bilhões. Lembrando a todos que a lei determina que o máximo de alocação de recursos reembolsáveis do FNDCT é de 50%.

Informou que em 2023 foi encaminhada pelo MCTI à junta orçamentária, a partir da aprovação pelo CD, uma proposta de 65%/35%, em que seriam 65% para o não reembolsável e 35% para o reembolsável. Lembrou, então, que esta solicitação não foi atendida e foi mantida a divisão 50%/50%.

Para este próximo orçamento, foram apresentados os cenários (Não Reembolsável e Reembolsável) construídos para discussão do Conselho. Considerando um orçamento previsto de R\$ 14,6 bilhões: no **Cenário A (50%/50%)**, seriam R\$ 7,3 bilhões para cada modalidade; **Cenário B (60%/40%)**, R\$ 8,76 bilhões para não reembolsável e R\$ 5,84 bilhões para reembolsável e; **Cenário C (65%/35%)**, R\$ 9,49 bilhões para não reembolsável e R\$ 5,11 bilhões para reembolsável.

O Secretário Luis Fernandes lembrou a todos a negociação que fez, junto com a Ministra, na Junta Orçamentária em 2023, defendendo os percentuais de 65%/35% para 2024. Com esta lembrança, alertou aos membros do CD sobre dificuldade a ser enfrentada, pois, diante da implantação do novo arcabouço fiscal, não tem sido fácil a negociação interna no governo, porque haveria um aumento de cerca de 15% para o não reembolsável com esta configuração proposta.

Uma segunda questão, que já foi apresentada na última reunião do CD, é a de que, decompondo o orçamento em Fontes diferentes, o retorno dos empréstimos da Finep já se tornou isoladamente a principal fonte de arrecadação do Fundo. Então, a médio e longo prazo, o reembolsável alimentará o não-reembolsável.

Concluindo, o secretário Luis Fernandes acredita que, do ponto de vista realístico, será uma negociação difícil e considera que, para ter êxito, a negociação precisará do apoio e da pressão dos setores representativos da ciência para conseguir ir além do que está estabelecido na lei, que é essa divisão de 50%/50%.

O Sr. Pedro Wongtschowski fez considerações: a primeira é que o CD tem um trabalho que compete a ele, quer seja, recomendar hipóteses mais adequadas para a ciência, tecnologia e inovação no Brasil e que fica ao encargo do Secretário Luis Fernandes e da ilustre Ministra o trabalho de defender a ideia deliberada pelo conselho. A segunda consideração, unânime no CD, inclusive pelos representantes do setor industrial, de aumentar a parcela do não-reembolsável. Porém, considerou importante para a tomada de decisão que sejam trazidas algumas informações e solicitou ao Presidente da Finep e ao Sr. Aragão que trouxessem o que chamou de sensibilidade da demanda. Afirmou ser muito importante, antes de decidir quanto dinheiro pode ser alocado para um lado ou para o outro, que eles nos passem um sentimento da demanda explicitando que trata da

demanda, apesar de sempre existir uma demanda alta e direcionar recursos para quem efetivamente tem projetos de qualidade. Segundo ele, o fato de Fundo ter mais dinheiro não deveria tornar a vida dos solicitantes mais fácil.

Citando o exemplo da FAPESP, onde é conselheiro, lembrou que apesar de existirem mais recursos hoje e ela consegue aplicar bem, por tem uma mera tendência à leniência, ser mais condescendente. E o Conselho Superior da Fapesp não abriu mão, criaram programas, tomaram uma série de iniciativas, aumentaram o valor das bolsas significativamente, mas não renunciaram à qualidade. Considerando que, no FNDCT pode acontecer a mesma coisa, solicitou à Finep que falem um pouco da demanda.

O Sr. Pansera respondeu que a demanda, nas duas áreas, está muito forte. Citou o exemplo da Chamada do Pró-Infra, uma chamada de R\$ 500 milhões que teve uma demanda de R\$ 1,7 bilhões, dos quais qualificaram R\$ 862 milhões. O outro edital de R\$ 500 milhões teve demanda de R\$ 3 bilhões, mas informou que ainda não tem o qualificado, só que será bastante elevado. A Subvenção para a empresa, em rede com as ICTS, também teve a demanda bem acima do disponibilizado.

Sobre os reembolsáveis, informou que em 2024 já foi contratado R\$ 4,6 bilhões. Segundo o Sr. Pansera, a meta da Finep é contratar R\$ 10,4 bilhões esse ano e liberar os R\$ 6,8 bilhões disponíveis, mas já receberam de empresas projetos que estão em avaliação, no valor total de R\$ 11 bilhões. Lembrou a todos que a Finep já tem projetos no montante de R\$ 11 bilhões e estamos no meio do ano. Concluiu dizendo que é a favor do Cenário B 60%/40% para dar uma perspectiva da subvenção e mais dos não reembolsáveis para infraestrutura científica.

O Sr. Luis Fernandes avalia que se está longe de chegar no limite de demanda do crédito. Segundo ele, a conquista que houve com a TR, como uma referência para captação, criou condições muito favoráveis para apoio às empresas.

O Sr. Aragão falou que, no caso dos recursos não reembolsáveis, a única evidência concreta é a de que tivemos uma alta demanda nos 3 editais que foram lançados, demanda bruta de praticamente R\$ 6 bilhões. No único edital que já passou por uma fase de habilitação e avaliação do mérito, a demanda bruta era de R\$ 1,55 bilhão e a demanda qualificada foi de pouco mais da metade.

Então, se temos uma demanda para infraestrutura, falando de uma parte do Programa 1, por exemplo, os INCTS têm R\$ 200 milhões que foram colocados esse ano e afirmou que o recurso é pouco, se for olhar a demanda. Concluiu que tem uma proporção de 3 para 1, sugerindo que as demandas estão refletindo um sistema que ficou trancado por muito tempo.

O Sr. Márcio Stefanni, Diretor Financeiro da Finep, informou que há muitas empresas buscando a Finep por conta da TR e que há uma renovação da carteira de clientes. Afirmou que hoje já são 15% de MPME em cima de mais de 40% da carteira. Citou que firmaram a Caixa como repassadora e lembrou que, quando assumiram, havia oito Estados que não constavam na carteira da Finep. Mais de 10% das consultas são negadas e não passaram pelos critérios estabelecidos. Concluiu afirmando que a carteira de crédito da Finep está chegando a algo em torno de R\$ 15 bilhões.

O Sr. Galvão, refletindo sobre a tarefa do Ministério em convencer o Ministério do Planejamento, considerou que esta tarefa exige uma proposta mais ou menos palatável, ao risco de o corte ser maior que o esperado. Assim, em vez de falar em termos percentuais, manteria o reembolsável em pelo menos R\$ 6 bilhões, ou um pouco mais, e o restante colocaria no não reembolsável. Segundo ele, diminuir muito o reembolsável não teria boa repercussão.

Em seguida, a Sra. Fernanda informou que a proposta da SBPC é a o Cenário B 60%/40%, pelo menos. Afirmou não ter dados da demanda não reembolsável qualificada, mas considera que os INCTS precisam de muito mais recursos. E sugeriu que o CNPq precisa aumentar o fomento. Segundo ela, estamos saindo de uma fase de desventura total com a ciência e considera que a Academia precisa ajudar nessa negociação, sugeriu que a academia escreva uma carta para a Junta Orçamentária, além de ir lá com a Ministra. Por fim, apelou a Sra. Carina, do MF, para ajudar nessa negociação difícil.

A Sra. Helena Nader informou que o Cenário B 60/40 é a tendência e sugeriu para a Sra. Carina que um bom argumento para esse debate com o Conselho é lembrar a luta que vem sendo travada pelo MCTI, com os relevantes recursos que tem, o Ministério não tem financiamento à altura para chegar a uma Coréia. O FNDCT tem que ser maior e este argumento tem que ser levado para a Junta Orçamentária. Recomendou que se fizesse à Finep o questionamento de quanto foi a inovação, pois, segundo suas percepções, o MCTI não está com financiamento adequado ao que o Brasil precisa. O CNPq precisa do financiamento aumentado. Os recursos do FNDCT não são para substituir o orçamento do MCTI. Concluiu dizendo que é preciso recursos extras no orçamento do MCTI para CNPq.

Diante do questionamento da Sra. Helena Nader, o Sr. Pansera informou que a Finep não financia mais a difusão tecnológica com recursos do FNDCT. A taxa cobrada é de acordo com o grau de inovação. Estão estudando novo normativo interno para deixar mais clara a pontuação e os critérios para financiar com recursos do FNDCT. À medida em que a demanda cresce, a Finep tem ficado mais exigente. Lembrou a todos que o recurso reembolsável não pressiona o orçamento e quando se ativar a operação com R\$ 18 bilhões que estão no estoque do FNDCT (esse ano deve fechar entre R\$ 18,5 e R\$ 19 bilhões) é desejável que essa demanda das empresas continue, para que se possa começar a pedir para que a Fazenda libere mais recursos reembolsáveis durante o ano, porque esses recursos retornam e parte dele vira não reembolsável. Desta forma, se cria um ciclo de ativação do fundo que está funcionando, que é a ideia do fundo financeiro.

O Sr. João Pieroni parabenizou a Finep pelos resultados, muito próximos para o orçamento de R\$ 6 bilhões (1,5% do saldo do FAT). Citou que o BNDES, similar ao FNDCT, tem uma demanda bem superior à oferta, com demanda protocolada de R\$ 9 bilhões em 2024. Do ponto de vista de crédito, tem fonte adicional, demanda empresarial enorme e afirmou buscar casar os mesmos critérios. Momento único, ressaltando que a demanda do crédito também está muito boa no BNDES.

O Sr. Luis Fernandes agradeceu a fala do Sr. João e enalteceu a parceria entre MCTI, Finep e BNDES, o que considera um ganho para o país e para o desenvolvimento nacional, além de ser uma grande conquista institucional.

O Sr. Aldo respondendo aos questionamentos do Sr. Pedro e, complementando a fala do Sr. Aragão, declara a obviedade de sua defesa em aumentar a proporção de recursos do FNDCT para os não-reembolsáveis. Segundo ele, é muito importante observar a tendência que vem sendo apresentada para a execução dos Programas Estruturantes. Como exemplo, citou o Programa 1, onde houve quase R\$ 400 milhões de demanda qualificada não atendida. Este cenário reflete um sistema de C&T extremamente represado e esses números não aparecem. O Sr. Aldo também lembrou a todos a própria instituição em que trabalha, onde a demanda qualificada fica na ordem de 10%, por pura falta de recursos, resultando numa demanda de C&T represada. Sugeriu aos presentes que todos tenham a oportunidade de visitar uma Universidade Federal, para visualizar localmente o que acontece. Ressaltou a importância das universidades, lugar fundamental para a formação dos futuros cientistas do país. Lembrou da necessidade de laboratórios e infraestrutura para trabalhar, focando na precariedade existente e insistiu que é por meio do trabalho realizado dentro das universidades que impulsiona o progresso de um país. Ressaltou que o ponto chave da defesa dos recursos não reembolsáveis é sua capacidade de investimento para captar recursos, formar novos talentos e trazer cientistas de volta e recuperar a infraestrutura. E, por fim, dirigindo-se ao Secretário Luis Fernandes, concluiu que esse é o argumento para ser apresentado para a Junta Orçamentária.

O Sr. Daniel afirmou acreditar que o Cenário B 60%/40% seja a proposta mais equilibrada, pois promove um aumento dos recursos não-reembolsáveis, exato ao qual sabemos que há demanda qualificada, há demanda até reprimida, pelo histórico dos últimos anos. Mas, fundamentalmente, pensando em estratégia de país, é a partir dessa natureza de investimentos que os países estão competindo hoje no mundo da economia do conhecimento, é o que vai gerar competitividade do país, maior arrecadação e mais empregos no futuro. A competição cada vez mais é baseada em liderança científica e tecnológica, exemplo que nós vimos na Coreia do Sul e outros países. Hoje já vemos o Brasil correndo o risco de ficar atrás de outras economias emergentes, como a Índia e a Turquia. E, comparativamente, vamos ficando para trás. Concluiu observando que a demanda de infraestrutura também é um argumento forte para defender o não-reembolsável. Como o Presidente da Finep mencionou, o não reembolsável atrai a contrapartida das empresas e alavanca mais recursos na economia, o que é fundamental. Se a gente olha a trajetória dos países que estão no melhor desempenho em produtividade e competitividade e inovação, eles têm um percentual bastante expressivo de investimento público e também de investimento privado. Então, acredita que o CD tem bons argumentos para defender esse aumento percentual.

Em seguida, o Sr. Rollemberg defendeu a proposta do Cenário B 60%/40%, justificando que o país passa por uma competição bastante desigual no mundo. Percebemos os Estados Unidos e a Europa dando subsídios fortíssimos. E o Brasil, que é um país que tem muitas oportunidades nessas áreas, não tem a condição fiscal para dar os subsídios, além de aporte relativamente pequeno em relação à ciência e tecnologia, processos de descarbonização, processo de desenvolvimento das novas tecnologias, dessas novas energias de hidrogênio, combustível sustentável de aviação. Concluiu dizendo que defende convictamente trabalhar com a proporção de 60%/40%.

O Sr. Galvão reconheceu que sua proposta vai ser vencida, mas mostrou sua preocupação em que ficasse claro que, na sua opinião, não se pode apresentar o reembolsável como não propiciando progresso para a nação, da mesma forma que considerar que só o não-reembolsável trás o progresso. Segundo ele, é um argumento não muito certo, podendo até transparecer uma visão soberba da academia, porque o reembolsável também leva progresso. Assim, sugeriu um pouco de cuidado com esse tipo de colocação.

O Sr. Ildeu, em resposta ao Presidente do CNPq, informou que, nas reuniões que os representantes da Academia têm participado no CD, tem insistido na importância dos reembolsáveis, inclusive na discussão da TR. Lembrou as lutas conjuntas que a Academia fez em conjunto com a Finep, no Congresso Nacional, brigando para recuperação do FNDCT, quando a Academia dizia a todo o tempo, esse caráter duplo que ele tem, a importância dos dois tipos de recursos, tanto o reembolsável quanto o não-reembolsável. Ressaltou, porém, que nos recursos não-reembolsáveis existe a Subvenção Econômica, que sempre foi defendida e que deve ser ampliada, além das OSs, que estão lá dentro, inclusive a Embrapii citada como exemplo importante. Então, quanto ao argumento anterior do Sr. Galvão, ele também contrapõe, dado que o próprio Sr. Pansera informou que R\$ 18 bilhões na Finep, disponível para eventual uso, caso haja uma decisão da SOF para liberar na caixa do FNDCT. Assim, se a proposta de 60%/40% significa uma redução dos reembolsáveis que pode preocupar porque o pessoal da área econômica pode estar preocupado com isso. Colocou que a sua opinião é a de que, se essa for uma questão, libera esse recurso dado que ele não impacta o arcabouço fiscal. Concluindo, rebateu o argumento sobre uma suposta soberba da academia, lembrou que o Sr. Aldo foi muito claro sobre o que a pesquisa brasileira está sofrendo, as deficiências que todos nós temos e que os setores empresariais também têm, por isso entende que a crítica feita pelo Sr. Galvão não procede adequadamente. Por fim, ressaltou um ponto que entendeu merecer uma valorização: o fato de a Junta Orçamentária mandar essa carta para o FNDCT. Ele não lembra se foi feito isso no ano passado.

O Sr. Olival ressaltou que os argumentos levantados na reunião são importantes, como o exemplo do problema da infraestrutura de pesquisa das universidades.

A Sra. Carina reforçou que faz sentido caminhar na defesa do Cenário B 60%/40%, lembrando que a demanda qualificada e os retornos são argumentos importantes e que o arcabouço fiscal vem no lugar do teto fiscal. Segundo ela, foi esse governo que defendeu o descontingenciamento, que coloca a ciência em primeiro lugar. Falou que as perdas de outro governo não vão ser superadas em um ano e que faz parte do CD pedir um sonho possível, de um país que pode se realizar.

O secretário Luis Fernandes lembrou que não existe escassez de demanda qualificada, nem no reembolsável nem no não reembolsável. Seja no Infra, seja na Subvenção, seja no crédito, estando longe de atingir a demanda. Nesse contexto, ter descontingenciado por completo, foi um ato gigante. Mas, no contexto internacional, foi modesto. Falou a todos que a questão será encaminhada, mas haverá duas lógicas da junta: inferioridade internacional com uma meta de déficit zero num ano de arcabouço fiscal.

Por fim, os conselheiros, unanimemente, votaram a favor do Cenário B (60%/40%). Foi então informado a todos que, num primeiro momento, será enviada resposta à demanda da SOF, prevista para o dia seguinte. Foi dito aos presentes que poderá haver consulta aos membros do conselho para ver se a argumentação está boa, que há uma luta dura para ampliar os recursos do CNPq e que a tarefa será a de reunir maior capacidade de convencimento em defesa da proposta aprovada.

4. Assuntos Gerais

O Senhor Ildeu fez a sugestão de que haja na reunião de outubro a apresentação das discussões da 5ª CNCTI como informe. O Secretário Luis concordou.

A representante da EMBRAPA trouxe uma dúvida sobre o edital RS, o secretário Luis respondeu que podem submeter no âmbito do edital.

E foram apresentadas as **Pautas das Próximas reuniões CD/FNDCT:**

Terceira reunião do CD/FNDCT em 30/10/2024:

- Aprovação do Manual Operativo do FNDCT;
- Início da revisão dos Programas do FNDCT;
- Apresentação e discussão das ações em andamento que induzem à ampliação da interação ICT-Empresa.

Quarta reunião do CD/FNDCT em 11/12/2024:

- Balanço das ações FNDCT 2024;
- Revisão dos Programas do FNDCT;
- Constituição de Grupo de Trabalho para rever dispositivos infralegais visando melhoria na gestão do FNDCT.

5. Encerramento

Secretário Luis Fernandes agradeceu a discussão e participação de todos.

Deliberações:

1. Aprovação do Cenário B (60%/40%) sendo R\$ 8,76 bilhões para não reembolsável e R\$ 5,84 Bilhões para reembolsável como proposta de distribuição do orçamento do FNDCT na PLOA 2025.

Encaminhamentos:

Ação	Responsável	Prazo (se for o caso)
Apresentação e discussão das ações em andamento que induzem à ampliação da interação ICT-Empresa, tanto na modalidade reembolsável quanto na modalidade não reembolsável, na próxima reunião prevista para 30/10/2024	Finep e CNPq	30/10/2024
Constituição do Grupo de Trabalho para rever dispositivos infralegais visando melhoria na gestão do FNDCT em dezembro/2024.	Conselho Diretor	11/12/2024
Apresentação das discussões da 5ª CNCTI como informe na próxima reunião prevista para 30/10/2024	MCTI	30/10/2024



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo**, em 03/09/2024, às 12:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12180149** e o código CRC **831325B4**.